

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE CABO VERDE, PORTUGAL E A EUROPA, EM MATÉRIA DE SEGURANÇA

TEMA:

A IDENTIDADE NACIONAL CABO VERDE NO ESPAÇO DA COMUNIDADE LUSÓFONA

CONFERENCISTA:

**DR. DANIEL ANTÓNIO PEREIRA,
HISTORIADOR E DIPLOMATA**

Considerações preliminares

Começo, antes de mais, por agradecer à comissão organizadora a oportunidade que me proporcionou de estar aqui neste Colóquio e partilhar algumas ideias com a ilustre plateia presente sobre a temática que deixa transparecer o título desta comunicação: “*A Identidade Nacional. Cabo Verde no espaço da comunidade lusófona*”.

Devo, de imediato, dizer que o título que é proposto não é criação minha. Trata-se de sugestão e proposta da própria organização, tendo assumido o desafio de o tratar, bem entendido numa perspectiva que, essa sim, me pertence integralmente.

À primeira vista, a abordagem desta questão, no quadro de um Colóquio, cuja razão de ser é *Defesa e Segurança*, poderia parecer despropositado. Na verdade, a identidade tem a ver, essencialmente, com a problemática da cultura na sua dimensão total, abrangendo as suas diversas componentes, seja na perspectiva material ou imaterial.

Porém, nos tempos hodiernos, o conceito de defesa e segurança há muito que rompeu com o espartilho do estritamente militar ou para militar. De facto, quem leu o livro do General Loureiro dos Santos, *A Identidade Imperial. A nova era. Reflexões sobre Estratégia*, vê claramente, como sublinha o também General, Ramalho Eanes, prefaciador dessa obra, que “a Segurança Nacional não se identifica nem se restringe, ao vector da defesa militar, a atribuir às Forças Armadas” (p. 16). E explicita: “a segurança, nesta perspectiva – a defendida por Loureiro dos Santos -, visa proporcionar ‘o máximo de liberdade de acção compatível com a realidade que nos condiciona’, e tudo tem, logicamente, a ver com os diferentes subsistemas sociais ou, como o autor especifica, com as ‘as missões gerais (concretas) a cumprir por cada um dos vectores estratégicos nacionais (política externa, economia e finanças, cultura e comunicação social, política interna, transportes, etc.)”.

Assim, entendi a inclusão deste tema como um dos elementos naturais do

conjunto de painéis em debate no decorrer do nosso Colóquio.

Neste contexto, por exemplo, agir contra actos de pirataria perpetrados contra o património arqueológico subaquático, que povoa os nossos mares, não pode apenas ser considerado um simples acto de soberania, mas antes uma acção de carácter cultural, em defesa da cultura lato senso, alicerce da identidade da Nação, reivindicado pelo Estado como seu principal esteio e razão de ser.

Do mesmo modo, controlar as nossas águas territoriais ou a nossa ZEE, para além de significar a protecção dos recursos económicos do país, logo uma acção iminentemente soberana, ou patrulhar o nosso mar, tantas vezes sulcado pela criminalidade transnacional organizada, designadamente o narcotráfico, é não somente um acto de defesa e segurança, mas igualmente, quando extrapolados os seus efeitos internacionais e internos, uma acção de amparo relativamente a valores universais de combate à criminalidade, e de defesa dos próprios valores da nossa cultura.

Valores que podem ser completamente subvertidos, pelo efeito corrosivo que esse tipo crimes tem sobre a sociedade e pelo seu alto poder corruptor. Sabe-se que os seus tentáculos podem mesmo viciar, inclusivamente, as regras do jogo democrático, que enformam o desenvolvimento da actividade política, aceites e interiorizados pelo cidadão, mas nem por isso isento de sofrer os malefícios dessa acção criminosa, até pela fragilidade económica de amplas franjas da nossa sociedade. Mas, não nos adiantemos muito.

Basicamente, a minha abordagem do tema em equação tem como ponto de apoio três textos distintos da minha autoria ou em co-autoria. Refiro-me aos *Condicionalismos histórico-culturais da formação da Nação cabo-verdiana*, trabalho em parceria com T.V. da Silva, de Janeiro de 1986, defendido no quadro do Colóquio Internacional sobre a **Formação da Nação nos Cinco; Percursos da História de Cabo Verde**, datado de Abril de 2002, um artigo escrito de encomenda para ser publicado no **Atlas da Lusofonia**, ainda no prelo e, *A especificidade de Cabo Verde no contexto colonial português*, de Janeiro de 2003, tema de comunicação ao Colóquio Internacional, **Humanismos Latinos em África: encontros e desencontros**. Vejamos, pois, o que se nos oferece dizer sobre esta problemática.

Um caso de estudo

No espaço da comunidade lusófona, como devemos entender Cabo Verde? Desde logo, como uma Nação que antecede, largamente, a génese do Estado cabo-verdiano. E sendo esta realidade indesmentível, não deixa de ser paradoxal que tal tenha acontecido no contexto da dispersão geográfica das nossas ilhas.

E em que condições nasceu, desenvolveu e se consolidou a Nação cabo-verdiana?

Como se reconhece, a história e cultura são os dois elementos mais importantes da coesão e da unidade nacional. Todavia, história e cultura constroem-se, produzem-se no tempo da vivência de uma determinada comunidade. Naturalmente, existem ou acontecem certas condições que influenciam, decisivamente, o percurso dessa mesma comunidade.

Quando de tais condições resulta algo que identifica todo um conjunto sociocultural, porque a marca do tempo se encarregou de solidificar e estruturar esse algo, passando a constituir uma herança (património) com a qual todos se identificam e na qual todos se projectam, então temos Nação.

Nem sempre, no entanto, a consciência desse facto se encontra desperta. Com efeito, no nosso caso, podemos dizer que durante séculos Cabo Verde foi Nação antes de ser Estado. Tal situação que aparentemente parece ser contraditória não o é de facto, na medida em que, nas condições históricas em que a Nação cabo-verdiana se formou e que perduraram durante séculos, não era possível que ela se projectasse e se transformasse em Estado soberano e independente. Para que tal acontecesse seria preciso esperar pelo século XX

Existe, pois, uma distinção mais ou menos nítida entre Estado e Nação. Com efeito, quando se definem, “nação refere-se a uma unidade de cultura: sentimento de apego a uma mesma terra; língua e literatura comuns; identidade de história e heróis comuns; religião comum; etc.”; Estado, por outro lado, “refere-se a uma unidade de autoridade legal e política”.

Sem embargo do que se disse, de forma independente, “nem raça, nem língua, nem religião, chegam para gerar uma Nação. Influem mais na sua génese e evolução os factores políticos e psicológicos” Assim, “as nações são quase sempre o produto da História e da Cultura”.

E a partir de quando podemos falar da existência da Nação cabo-verdiana? Como é óbvio, para tal pergunta não dispomos de uma resposta definitiva. Porém, em nosso entender e dentro da perspectiva segundo a qual a Nação se vai construindo e solidificando no transcurso do tempo, o século XVII constitui, para Cabo Verde, um século de viragem.

Na verdade, perante o abandono provocado pela decadência económica, é durante este período que os vários elementos constitutivos da cultura cabo-verdiana começam a ganhar forma, a ter um corpo próprio, autónomo. Os séculos subsequentes serviriam para melhor alicerçar esses elementos, dando-lhes maior coesão e unidade.

Por vicissitude histórica, ou alguma coincidência, a estruturação da cultura cabo-verdiana tem o seu início ou é marcada pela quase ausência física do elemento europeu (numericamente muito pouco expressivo). Tal situação permanecerá praticamente até aos finais do século XIX ou mesmo durante todo o 1º quartel do século XX.

Por isso, no grande caldeirão em que a cultura de Cabo Verde foi preparada, o século XVII merece uma referência especial. Possivelmente, só a partir dessa altura as pessoas livres começaram a sentir as ilhas como a sua própria terra. O tempo se encarregou de enraizar na mente dos habitantes permanentes tal ideia de pertença. Daí, unidos na desdita, também ela factor de aglutinação da sociedade, o apego muito especial do cabo-verdiano à sua terra natal. Porém, se do ponto de vista material ou físico, quase tudo nos empurra a cortar as ligações com torrão natal, dada a pobreza do meio, da perspectiva psicológica, no entanto, é completamente diferente.

Na história da formação da Nação cabo-verdiana foi extremamente importante o papel desempenhado pelo mestiço, nado e criado nas nossas ilhas.

Manuel Ferreira (*A aventura crioula ou Cabo Verde uma síntese cultural e étnica*), por exemplo, informa-nos ser perturbador o facto de no século XVII, “numa ilha (de Santiago) sob o regime de colonização, dois mulatos (...) chefiarem um numeroso bando constituído na sua maioria por brancos”, para extrapolar que, “cedo o mestiço de Cabo Verde soube (ou pôde) tornar-se um homem a quem não molestavam os complexos de inferioridade», e ainda, “a existência de um clima social onde o branco aceitou o mando do mestiço”.

Portanto, parece ser inquestionável que, em Cabo Verde, o mestiço cedo assumiu uma posição de relevo. A razão de ser deste facto deve ser buscada nas diversas vicissitudes históricas que orientaram e definiram a ocupação das nossas ilhas.

Terra pobre e sem grandes atractivos económicos que pudessem aliciar potenciais colonos, os brancos reinóis sempre puseram sérias reservas em para cá virem.

Se até aos meados do século XVI se assiste a um certo “boom” económico e, por consequência, a vinda de alguns brancos do Reino (sem que esse facto tivesse atingido grandes proporções), não é menos verdade também que o desenvolvimento económico atingido pelas ilhas tinha muito que ver com o papel que Cabo Verde desempenhava como “placa giratória” de todo o comércio Atlântico, beneficiando da sua posição geoestratégica.

A recusa do reinol em vir para o arquipélago explica, em grande parte, a razão de ser da Carta Régia de 1466, verdadeira Carta de Foral dada aos moradores de Santiago, o que iria proporcionar o rápido povoamento de Santiago e Fogo.

Iniciada a colonização dessas duas ilhas, seria ainda o africano da costa fronteira e posteriormente o mestiço, produto do cruzamento do branco com a escrava negra, os verdadeiros motores da colonização cabo-verdiana.

Com efeito, enquanto a navegação Atlântica teve como ponto de passagem obrigatória a ilha de Santiago, a presença do homem do Reino não corria tanto perigo. A partir do momento em que a navegação passou a ser feita em direitura, da costa para as Américas, Cabo Verde é votado ao ostracismo. Tal viragem verifica-se na 1ª metade do século XVII.

A fuga do branco a que desde cedo se assistiu, devida, em parte, ao autêntico cerco económico imposto aos moradores estantes em Santiago, para os “Rios da Guiné” ou para o Reino; a política da ausência da mulher branca na colonização cabo-verdiana que obrigou os poucos (muito poucos) brancos residentes a usar a mulher negra de que resultou o mulato, fizeram com que a ocupação de Cabo Verde se baseasse essencialmente no homem negro e no mestiço, devido à escassez do homem branco. Quer dizer, o mulato cabo-verdiano cedo arcou com a responsabilidade da colonização das ilhas e também teve que assumir, e Portugal a isso anuiu, na ausência do branco, a administração das coisas de Cabo Verde.

Podemos, pois, afirmar que, já a partir do século XVII, Cabo Verde, dentro dos circunstancialismos históricos mais diversos que o rodearam (secas, fomes, sistema económico-social da escravatura, pirataria, esquecimento a que foi votado, entre outros factores) tem sido obra de cabo-verdianos. Na verdade, o que apercebemos da história do arquipélago autoriza tal conclusão.

Compreende-se, pois, a supremacia do mestiço, do mulato, na sociedade e na formação social cabo-verdianas. Aliás, tal como defende Gabriel Mariano (*Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou*), o que comprova a nossa asserção, diferentemente do que sucedeu nos outros territórios colonizados por portugueses, em Cabo Verde “foram os negros e os mulatos os responsáveis directos na estruturação da sociedade”.

Porém, o facto de Cabo Verde ser hoje uma nação mestiça, de raça e de cultura, não é isento de escolhos. A dificuldade em encontrar uma tipologia capaz de definir e identificar, claramente, os cabo-verdianos é motivo para alguma incompreensão e mesmo para alguma desconfiança. A navegar entre a incompreensão de uns e a desconfiança de outros, situação provocada pelo seu visível hibridismo cultural e étnico, o cabo-verdiano não pode senão assumir plenamente a sua história. Logo, apropriar-se da sua cultura em toda a sua dimensão e complexidade, já que a sua identidade é compósita, constituída por pertenças múltiplas, mas não uma justaposição de pertenças autónomas.

Como diz Amin Maalouf (*As identidades assassinas*, p. 36), escritor libanês e francês de renome internacional, a identidade “é um desenho sobre uma pele esticada; se se tocar numa das pertenças, é toda a pessoa que vibra”. Neste particular, o equilíbrio do povo cabo-verdiano depende pois, em grande medida, da sua necessária reconciliação com a história e a cultura que lhe deu corpo. Refiro-me às componentes europeia e africana que estiveram na base da nossa formação cultural, sem a tentação, tantas vezes pressentida, de sobre valorizar uma em relação à outra.

Concretizando

A ocupação do espaço arquipelágico cabo-verdiano, pertencente ao chamado grupo da Macaronésia, que inclui também os arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias, fez-se segundo a circunstância de as nossas ilhas se encontrarem desertas, por ocasião do seu descobrimento, seguindo o modelo de então, já experimentado pelos portugueses na Madeira e nos Açores, que era o das Capitánias-Donatárias. Neste aspecto, por exemplo, o modelo implantado em Cabo Verde antecipou em cerca de 40 anos, logo uma experiência considerável adquirida, o que será também depois transplantado para o Brasil.

A primeira fase da ocupação aconteceu em 1462, cerca de dois anos depois da descoberta, com italianos e portugueses, mas manteve-se ténue até 1466, data a partir da qual, o rei Afonso V, reconhecendo a importância geoestratégica das ilhas de Cabo Verde, para aliciar colonos brancos, abriu mão do monopólio do comércio escravocrata nos chamados “Rios de Guiné”, área geográfica actual compreendida entre o norte do Senegal e o norte da Serra Leoa, englobando, por isso, para além daquele país, a Gâmbia, a Guiné-Conacry e a Guiné-Bissau.

Com o incremento do povoamento, Cabo Verde vai-se transformar numa espécie de placa giratória da navegação Atlântica, devido à sua localização geográfica, entre os Continentes Europeu, Africano e Americano. Tornou-se também num centro redistribuidor de escravos, primeiro para a Europa, depois para o Brasil e as Caraíbas. Do mesmo modo, no dizer de Orlando Ribeiro,

funcionou como uma espécie de estação de experimentação, nos trópicos, de homens plantas e animais, desempenhando um papel de primeiro plano no processo da universalização iniciado por portugueses e espanhóis. Nós próprios somos o produto desse intenso processo. E socorremo-nos, de novo, de Orlando Ribeiro, que dizia, com propriedade, que em Cabo Verde os campos são mediterrâneos na forma do seu amanhã, as plantas americanas e a alimentação africana.

O sistema escravocrata introduzido na ocupação do espaço cabo-verdiano, a ausência da mulher branca desse processo, acabou por conceder feição própria à paisagem humana em Cabo Verde, onde a miscegenação foi e é a sua imagem de marca. Terra pobre e praticamente sem recursos naturais, a tarefa da colonização das nossas ilhas acabou por ficar sobre os ombros do mestiço, produto do cruzamento do colono branco e da escrava negra.

O abandono e o ostracismo a que as ilhas foram votadas desde cedo, a supremacia do mestiço na sociedade em Cabo Verde e o peso social da escravatura e do escravo na formação social cabo-verdiana, onde entraram, no decurso dos séculos, cerca de vinte e seis etnias diferentes, a contrariar a dispersão geográfica, caldeou, paradoxalmente, o nascimento de uma nova cultura e marcou a nossa diferença relativamente aos restantes elementos do grupo Macaronésia a que pertencemos. Ganhamos, assim, identidade e autenticidade próprias, com novos elementos agregadores, resultantes da amálgama cultural entre brancos e negros que se processou no transcurso dos séculos.

Cabo Verde transformou-se, desta forma, no que é caso muito raro, senão único em África, numa Nação antes de ser Estado. Quer dizer, ao contrário do que normalmente acontece no nosso Continente, em que cabe ao Estado a árdua tarefa da construção da Nação, em Cabo Verde, o Estado é, ao fim e ao cabo, reivindicação e corporização da Nação pré-existente, consubstanciados, por exemplo, no Nativismo dos finais do século XIX, no Movimento Literário Claridoso, iniciado na década de 30 do século XX e, finalmente, na luta pela independência nacional, conseguida a 5 de Julho de 1975.

Essa realidade não é de somenos. Ela é de relevância transcendente e muito particular. Na verdade, pensar um país em que o seu substrato populacional se revê num projecto nacional que é de todos, porque pertencente a um mesmo substrato cultural, constitui em si mesmo uma mais-valia de grande peso, por isso mesmo de capital importância.

Sem embargo das nossas diferenças e especificidades, relativamente aos restantes países africanos, tal não deve constituir argumento de exclusão, antes pelo contrário. De facto, é na nossa diversidade cultural, que bebeu em muitas fontes, que está a riqueza de Cabo Verde. Porque as nossas raízes culturais são múltiplas, devemos, precisamente por isso, ter uma política de inclusão e não de exclusão já que a nossa proximidade em relação aos outros e o processo de integração se tornam bem mais fáceis.

Deve-se, todavia, alertar-se para algumas perigosas falácias, que nos podem induzir em grave erro de perspectiva. Refiro-me, naturalmente, à ideia generalizada de que existe unicidade cultural em África como na Europa, o que não corresponde, de modo algum, à verdade.

Essa ideia feita e transmitida, vem fazendo escola no seio da sociedade cabo-verdiana e constitui, um grave entrave no caminho da nossa identificação como africanos, num mundo em integração, onde o isolamento pode ser a nossa morte enquanto país com referências próprias. Assim, permanecer na nossa ambiguidade cultural, poderá ter consequências cujo alcance não estamos ainda em condições de poder medir, mas que terá, certamente, os seus limites e custos políticos a médio ou longo prazos.

Dizia que a integração é uma das características fundamentais do mundo de hoje. Essa realidade é inelutável e irreversível. Como país africano, pequeno, arquipélago, saheliano, a integração de Cabo Verde na nossa sub-região e no Continente é não somente uma necessidade como também um imperativo estratégico. Não nos podemos desenvolver no quadro da exiguidade do mercado cabo-verdiano. A nossa identificação deve ser assumida sem qualquer tipo de ambiguidade, seja ela sociológica ou cultural, tanto mais que não existe nenhuma espécie de equívoco político quanto à nossa pertença ao lote de países africanos como membros da ONU, UA, CEDEAO, PALOP.

Mas essa integração não pode, não deve ser considerada como a única possível, em detrimento de outras possibilidades, que se podem equacionar ou desenvolver em outros espaços geopolíticos ou geoeconómicos. Daí também o nosso envolvimento com a CPLP, no quadro da Macaronésia, um conjunto periférico da Europa, e em alguns mais que vierem a perfilar-se.

A inexistência de recursos exploráveis no solo cabo-verdiano e o défice de financiamento do nosso desenvolvimento obriga-nos a um grande realismo político, a um enorme pragmatismo na identificação dos nossos parceiros e na mobilização dos recursos necessários ao desenvolvimento do país, capitalizando tudo o que for possível capitalizar, como por exemplo, a nossa boa imagem externa e a nossa relativa credibilidade internacional, como país sério na forma como gere os recursos postos à disposição, e útil no concerto das Nações.

Tudo isso é possível, graças a nossa diferença e diferenciação positiva no contexto africano, marcado, infelizmente, por uma imagem de descrédito, desconfiança, má gestão, corrupção, conflitos mortíferos, entre outros. E é neste quadro que nos destacamos. E não nos deixemos enganar, que a diferença não significa exclusão, até porque, como dissemos já, a África não é um conjunto uniforme, onde tudo se iguala ou se nivela, como a Europa também o não é, ao contrário do que alguns nos querem fazer crer.

Em conclusão

Quer nos parecer que os homens de quatrocentos, de forma alguma, tinham a exacta consciência de que estavam a transformar uma época, mormente que estavam a preparar a unificação do mundo.

O fenómeno nacional em Cabo Verde, por exemplo, é um acaso da história. Aconteceu em circunstâncias que os homens em presença não podiam, de modo algum, controlar. Nesse sentido, tal como dizia o poeta e ensaísta Gabriel Mariano, e estou a citar de memória, “a Nação cabo-verdiana foi um tiro que saiu pela culatra do colonialismo português”.

Seja como for, a diferença que marca o homem do passado e o do presente é que hoje ele tem a consciência de que está a fazer história. E se não pode, por isso, corrigir os erros do passado, pode ao menos evitar os do presente, sobretudo quando estes podem, eventualmente, comprometer o futuro da humanidade.

A unificação do mundo ou, menos eufemisticamente, a sua ocidentalização é uma constatação difícil de refutar. Mas trata-se de uma medalha com dois versos.

Se bem que alguém já tenha afirmado que o homem é incorrigível, mister se torna manter a esperança de que o mundo de amanhã será, necessariamente, mais solidário e menos egoísta. É que não se poderá continuar, eternamente, numa situação de troca desigual entre países industrializados e menos avançados, sob pena de o futuro de todos nós ficar gravemente hipotecado, já que a defesa e a segurança colectivas poderão ficar permanentemente ameaçadas, face à situação dos desvalidos da sorte que, a prazo, será insustentável, tornando-se numa realidade explosiva.